

# Direitos Humanos debate situação de ciganos no São Gabriel

**Assunto:**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**



*Direitos Humanos discutiu situação de ciganos no São Gabriel*

**A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor realizou hoje (quinta-feira, 21/3) audiência pública sobre a questão territorial da comunidade cigana do Bairro São Gabriel. O requerente da audiência, vereador Pedro Patrus (PT), abriu o evento: ?Nesse bairro moram, há mais de 30 anos, 70 famílias. Vivem em situação de insegurança e carregadas de preconceito. A gente tem de ter um olhar mais humano para elas. Abrir um diálogo sobre a questão do direito à terra. A intenção é dialogar sobre direitos básicos?.**

O vereador Arnaldo Godoy (PT) lembrou outras comunidades que sofrem preconceito, como ocupações Dandara e Zilah Spósito, e lembrou outras demandas, como a questão da educação do povo cigano e o direito à saúde: ?A Prefeitura, o Estado e a União têm de buscar uma solução tripartite. É direito adquirido, líquido de permanecer ali?.

O coordenador do Eixo Comunidades Tradicionais do Projeto ?Cidade e Alteridade? da Universidade Federal de Minas Gerais e professor de antropologia na instituição, Aderval Costa Filho, apresentou informações históricas e antropológicas sobre os ciganos. Segundo ele, no Brasil há 800 mil ciganos, de três etnias: rom, sinti e calon ou kalé. Os ciganos integram uma agenda política recém-instituída no governo federal. No caso do São Gabriel, a comunidade seria considerada seminômade, mas ?a fixidez está bem definida no bairro? e ?a sazonalidade não descaracteriza vínculo territorial?. Os direitos dos ciganos à propriedade e outros direitos básicos estariam garantidos principalmente pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2004.

**Brasileiros**

O representante da comunidade cigana do São Gabriel, Carlos Amaral, afirmou que o poder público não os vê como cidadãos. Ele revelou mais alguns números sobre os ciganos: seriam 800 mil no Brasil, e 419 mil apenas em Minas Gerais. Segundo ele, a maior dificuldade da comunidade se refere ao endereço. ?Às vezes, temos que pegar endereço de longe para ir numa loja comprar?, afirmou. Disse ainda que o propalado nomadismo dos ciganos é uma ilusão: ?Na verdade, os ciganos são expulsos de onde chegam, pela prefeitura ou pela polícia?. Ele disse que são amigos da vizinhança ? ?falam que se a gente sair, a área vai ser invadida? ?, mas que não têm saneamento básico nem luz elétrica. Fez um apelo: ?Peço que a Câmara entre nessa luta por nós?.

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão informou que já existe um processo no Ministério Público Federal para investigar violação dos direitos à moradia dos ciganos. Também há um processo na Procuradoria da Incorporação, em Brasília, da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Minas Gerais, para garantir que imóveis como o do São Gabriel cumpram sua função socioambiental, sendo sua posse entregue aos ciganos (a área onde eles estão é da antiga Rodovia Ferroviária Federal, de propriedade da União). A superintendência pediu também à CEF a suspensão da alienação da área, por causa de um passivo trabalhista.

A Secretaria de Administração Regional Municipal Nordeste informou que a Prefeitura está realizando limpeza e capina no trecho de maior concentração e que Unidades Municipais de Educação Infantil (Umeis) foram construídas para a população. A Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano afirmou que, no Plano Local de Habitação de Interesse Social da Prefeitura, a área dos ciganos foi categorizada como ocupação organizada.

?Questão não é só terra, é território, e território é poder?, disse a representante da Coordenadoria Municipal de Promoção de Igualdade Social, Rosângela Silva. Segundo ela, a coordenadoria está realizando um pré-diagnóstico para a Fundação Municipal de Cultura para reconhecer os ciganos como patrimônio imaterial de Belo Horizonte.

O vereador Pedro Patrus afirmou que fará requerimento solicitando a criação de uma comissão para debater a questão dos ciganos, com a participação das entidades presentes na audiência e da comunidade cigana. O vereador Marcelo Aro (PHS) também esteve presente.

## **Requerimentos**

Antes da audiência, com a presença dos vereadores Pedro Patrus e Elvis Côrtes (PSDC), foram aprovados os pareceres de seis requerimentos de audiência pública e dois projetos de lei. São eles:

### **Requerimento 343/2013- Turno único**

**AUTORIA:** vereador Tarcísio Caixeta

**ASSUNTO:** Requer à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor a realização de audiência pública, em data a ser definida, ainda no mês de março, para tratar o tema "violência contra a mulher em Belo Horizonte".

### **Requerimento 375/2013- Turno único**

**AUTORIA:** Vereado: Adriano Ventura

**ASSUNTO:** Requer à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública com a finalidade de discutir os acidentes com vítimas de trânsito, ciclistas e pedestres.

### **Requerimento 398/2013- Turno único**

**AUTORIA:** vereador: Juliano Lopes

**ASSUNTO:** Requer à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 82, § 2º, II, da LOMBH, e do art. 86, I, do RI, a realização de Audiência Pública, em agenda definida pela comissão, para debate com o poder público e a sociedade civil sobre a viabilidade da criação de um banco de alimentos, objetivando o combate à fome através de produtos com aproveitamento prejudicado ao longo da cadeia produtiva, mais ainda adequados ao

consumo humano, por meio da centralização de doações administradas e distribuídas por conselho paritário aos necessitados.

#### **Requerimento 406/2013- Turno único**

**AUTORIA:** vereador Adriano Ventura

**ASSUNTO:** Requer à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 48 do RI, seja realizada audiência pública, com data e hora a ser designada pela própria comissão, com finalidade de discutir a situação das famílias moradoras da área denominada Vila Cafezal, localizada no Aglomerado da Serra, que estão em vias de serem removidas sem alternativas de reassentamento pela Prefeitura de Belo Horizonte.

#### **Requerimento 289/2013 - Turno único**

**AUTORIA:** vereador Wellington Magalhães

**ASSUNTO:** Requer à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos regimentais, o agendamento da Audiência Pública com a finalidade de discutir a situação do processo de concessão da outorga para exploração do serviço de crematório no município, autorizado pela Lei nº 9048/05?, para 11/4/2013, durante a reunião ordinária desta comissão.

#### **Requerimento 123/2013 - Turno único**

**AUTORIA:** vereador Adriano Ventura

**ASSUNTO:** Requer à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos regimentais, que a Audiência Pública já aprovada por esta comissão, através do requerimento 123/2013, seja ainda deliberada e aprovada, os itens: Agendar a audiência pública para o dia 04/04/2013 às 10:00 horas no plenário Helvécio Arantes. Acrescentar a relação de convidados conforme em anexo para participar desta audiência pública.

#### **Projeto de Lei 8/2013- Primeiro turno**

**AUTORIA:** Vereador: Adriano Ventura

**EMENTA:** Cria o Programa Começar de Novo com a Terceira Idade no Município de Belo Horizonte

**RELATOR(ES):** Pedro Patrus

**CONCLUSÃO PARECER:** Pela aprovação

#### **Projeto de Lei 19/2013- Primeiro turno**

**AUTORIA:** vereador Coronel Piccinini

**EMENTA:** Altera a Lei 7.647, de 23 de fevereiro de 1999.

**RELATOR(ES):** Pedro Patrus

**CONCLUSÃO PARECER:** Pela aprovação

Assista a reunião na íntegra

***Superintendência de Comunicação Institucional***

**Data publicação:**

Quinta-Feira, 21 Março, 2013 - 00:00

---